



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5012218-25.2020.4.04.0000/PR**

**AGRAVANTE:** RODOVIA DAS CATARATAS S/A

**AGRAVADO:** AGENOR BERNADO DOS SANTOS

**ADVOGADO:** CAETANO ENGLER DAHLEM (OAB PR060955)

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos de ação de reintegração de posse ajuizada pela RODOVIA DAS CATARATAS S/A em face de AGENOR BERNADO DOS SANTOS, indeferiu o pedido de liminar, na qual objetiva a reintegração de posse, ou alternativamente, tutela de urgência para retirada de painéis publicitários irregularmente instalados na Rodovia BR-277, no Km 730 LD, com a desocupação da respectiva área.

Sustenta, a agravante, ser concessionária de exploração de obra pública mediante pedágio, na Rodovia BR-277 e seus acessos, entre Foz do Iguaçu e Guarapuava/PR, para recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração do Lote 3, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná. Esclarece que, em decorrência do contrato de concessão, mantém a administração do trecho concedido, exercendo a posse de toda a extensão da via, sendo que dentre suas obrigações contratuais está a de “zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão” e de “adotar todas as providências necessárias, inclusive judiciais, à garantia do patrimônio das rodovias principais que compõe o LOTE, inclusive as faixas de domínio e de seus acessos” (vide Cláusula XXIV, 1- h e 2-f, do Contrato de Concessão). Informa que o Agravado mantém ocupação irregular na faixa de domínio da Rodovia BR-277, no Km 730 LD, no qual se encontram instalados clandestinamente 8 (oito) painéis publicitários, os quais não foram autorizados nem pela Concessionária Agravante, nem pelo Poder Concedente, cuja irregularidade foi registrada inclusive pela Superintendência do Patrimônio da União no Paraná, do Ministério do Planejamento (evento 1 - OFIC4, dos autos na origem). Menciona que tal ocupação viola regras de trânsito, compromete a integridade do patrimônio da concessão e causa poluição visual em área de relevante valor turístico. Destaca, ainda, óbice técnico envolvido na interrupção do fornecimento de energia elétrica no local, posto que os painéis são iluminados, e não há como se retirá-los sem a intervenção da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a qual, por sua vez, só pode fazer o desligamento a pedido do próprio cliente ou determinação judicial (evento 1 - OFIC9, nos originários). Assevera que “o suposto

*fato do Agravado ocupar a área a mais de 30 anos não logra trazer legalidade ao fato, notadamente porque os atos de esbulho de área pública não induzem à posse, eis que se trata de bem público de uso comum ou especial, sendo descabida a sua ponderação em razão da natureza que possui, não podendo se falar em 'consentimento tácito' para sua ocupação. 'A ocupação feita pelo particular se opera sempre em caráter precário e a título de detenção, ou, em outras palavras, o caráter público do bem não permite a ocorrência da posse e, por conseguinte, de quaisquer direitos possessórios' (TRF-4º, AG 5003317-15.2013.404.0000, Terceira Turma, Relatora Maria Lúcia Luz Leiria, juntado aos autos em 22/02/2013)". Requer a antecipação da tutela recursal.*

Esta a suma.

O Juízo *a quo* assim se pronunciou quanto à situação específica dos autos (evento 114 - DESPADEC1):

"(...)

A proteção possessória está prevista no Código Civil, em seu art. 1.210, que prevê:

*Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.*

Havendo restrição ao possuidor ao pleno exercício da posse (turbação) ou mesmo perda da posse consumada em virtude de ato de terceiro (esbulho) recorre-se às ações de manutenção e de reintegração de posse, respectivamente.

Nos termos do art. 561 do Código de Processo Civil, na ação de reintegração de posse, incumbe ao autor provar: (a) a posse; (b) a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; (c) a data da turbação ou do esbulho e a (d) perda da posse.

No caso sob análise, a data do esbulho remonta há mais de ano e dia (22/06/2017), conforme se extrai do Boletim de Ocorrência anexado no evento 1 (BOL REG OCORR POL6), bem como pelo que se conclui dos Autos até o presente momento, razão pela qual o trâmite da presente ação deverá obedecer ao procedimento comum, na forma do art. 558, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Por se tratar de ação de força velha, incabível a concessão da liminar prevista no artigo 562 do Código de Processo Civil, de modo que a apreciação do pedido de reintegração de posse deve se dar com base no art. 300 do mesmo diploma legal.

Nesse sentido, a lição de Nelson Nery Junior e Rosamaria Andrade Nery:

*O procedimento especial aqui previsto só tem lugar quando se tratar de ação de força nova, isto é, quando o esbulho tiver ocorrido há menos de ano e dia. Quando acontecido há mais de ano e dia, a ação de força velha poderá ser ajuizada pelo rito comum (ordinário ou sumário). Neste caso, pode ser concedida liminar de antecipação dos efeitos da tutela de mérito, desde que preenchidos os requisitos do CPC 273. (NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosamaria. Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 967).*

No mesmo sentido, precedentes do TRF4:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. POSSE VELHA. PERIGO DE DANO OU DE RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO NÃO EVIDENCIADOS. 1. Tratando-se de esbulho ocorrido há mais de ano e dia, o pedido de liminar deve ser analisado à luz dos requisitos estabelecidos no CPC para a concessão da tutela de urgência. 2. O INCRA tem conhecimento do esbulho pelo menos desde 2014, quando encaminhou notificação para a desocupação voluntária do imóvel. A ação originária, no entanto, foi proposta somente em meados de 2017, circunstância que evidencia a ausência de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. (TRF4, AG 5049251-54.2017.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 14/11/2018)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE VELHA. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. 1. Tratando-se de posse velha, não há aplicação do artigo 558 do CPC (antigo art. 924 do CPC de 1973). 2. Não estão presentes, efetivamente, os requisitos para a concessão de pedido de tutela (antecipada) de urgência feito pela parte autora (artigo 300, caput, do Código de Processo Civil), devendo ser mantida a decisão agravada que indeferiu o pedido de reintegração liminar de posse. 3. Agravo de instrumento improvido. (TRF4, AG 5013775-18.2018.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 05/09/2018)*

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESBULHO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. NÃO COMPROVADO O PRAZO DE ANO E DIA EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL. 1. Para a concessão de liminar em ação de reintegração de posse o Código de Processo Civil exige que esta tenha sido proposta dentro do prazo de ano e dia (art. 558 do CPC), além da comprovação dos requisitos elencados no art. 561 do mesmo diploma legal. 2. Não sendo possível aferir que a ação tenha sido proposta dentro do prazo de ano e dia exigido pelo art. 558 do Código Processual Civil, impõe-se reconhecer que inexistem elementos probatórios suficientemente hábeis para a concessão da liminar de reintegração de posse, devendo ser aguardada a instrução processual. (TRF4, AG 5042286-26.2018.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relator ROGERIO FAVRETO, juntado aos autos em 30/01/2019)*

## Antecipação dos efeitos da tutela

Embora meu entendimento pessoal seja pela impossibilidade de examinar pedido de reintegração de posse velha sob a roupagem do instituto da antecipação dos efeitos da tutela, isso porque - a meu sentir - cria uma incongruência dentro do CPC, pois faz tábula rasa ao artigo 558 e p. único, vejo que parte da jurisprudência admite tal possibilidade.

Nesse sentir, ressalvado meu entendimento em sentido contrário, passo a examinar o pedido sob este viés.

Para concessão da antecipação dos efeitos da tutela, exige a lei que haja (a) probabilidade do direito e (b) perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo (artigo 300 do CPC).

No caso dos autos, embora haja indícios de que houve esbulho da faixa de domínio, não se afigura presente o perigo de dano. A autora não logrou êxito em comprovar nenhuma situação de risco iminente e efetivo relacionada à manutenção dos painéis publicitários, sobretudo porque o croqui e as fotos apresentadas demonstram que os painéis instalados guardam distância significativa da rodovia (evento1, out5 e foto10).

Nesse sentido:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. FAIXA DE DOMÍNIO. 1. A reintegração liminar pugna por pressupõe, nos termos do artigo 928 do CPC, posse nova (menos de ano e dia), que não está devidamente comprovada, já que não há informação nos autos acerca da data efetiva da invasão da faixa de domínio. 2. Em se tratando de medida com caráter irreversível e satisfativo, pois a parte autora pretende também a demolição das construções, é prudente e razoável aguardar o encerramento da instrução probatória, após oportunizar à parte ré o contraditório e a ampla defesa no processo originário antes de qualquer decisão definitiva sobre a questão. 3. Agravo de instrumento improvido. (TRF4, Agravo de Instrumento Nº 5003330-72.2017.404.0000, 4ª TURMA, Des. Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 17/03/2017)*

Ante o exposto, indefiro também o pedido de liminar sob a ótica do instituto da antecipação dos efeitos da tutela.

Intimem-se.

(...)"

A medida liminar de reintegração de posse pressupõe que a ação tenha sido proposta dentro do prazo de ano e dia do esbulho perpetrado (posse nova), nos termos dos arts. 558 e 562 do CPC/2015, *verbis*:

*Art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial.*

*Parágrafo único. Passado o prazo referido no caput, será comum o procedimento, não perdendo, contudo, o caráter possessório.*

(...)

*Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.*

*Parágrafo único. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.*

O Decreto-Lei n.º 9.760/46, por seu turno, prevê:

*Art. 20. Aos bens imóveis da União, quando indevidamente ocupados, invadidos, turbados na posse, ameaçados de perigos ou confundidos em suas limitações, cabem os remédios de direito comum.*

(...)

*Art. 71. O ocupante de imóvel da União sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo, ficando ainda sujeito ao disposto nos arts. 513, 515 e 517 do Código Civil.*

A despeito de eventual discussão acerca da especialidade das normas que disciplinam os bens imóveis imóveis da União, os elementos trazidos aos autos, por ora, não são, de qualquer sorte, suficientes à concessão de medida liminar, não estando demonstrado perigo concreto de dano a ensejar a reintegração pretendida, antes da instrução processual. Com efeito, mostra-se mais gravosa, neste momento, a desocupação sumária do imóvel do que os prejuízos eventualmente causados à União.

No ponto, cumpre registrar que medidas drásticas e restritivas somente devem ser tomadas em situações excepcionais.

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta Corte:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OCUPAÇÃO IRREGULAR. ÁREA NON AEDIFICANDI. FERROVIA. LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE PERIGO*

*CONCRETO DE DANO. I. A antecipação total ou parcial dos efeitos da tutela, a teor do art. 273 do Código de Processo Civil, depende, além da existência de prova inequívoca e do convencimento do julgador acerca da verossimilhança da alegação, do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou ainda que fique caracterizado abuso de direito de defesa ou caracterizado manifesto propósito protelatório do réu. II. Sendo normas de caráter especial os arts. 928 do Código Civil e 20 e 71 do Decreto-Lei nº 9.760/46, disciplinadores da matéria relativa aos bens imóveis da União, não seria aplicável, em princípio, o regime comum das ações possessórias, o qual só admite reintegração liminar, se a ação for proposta dentro de ano e dia do esbulho perpetrado (art. 924 do CPC). III. Os elementos trazidos aos autos não são suficientes à concessão de medida liminar, porque, embora haja indícios de desrespeito da área non aedificandi de faixa de domínio da ferrovia, não há notícia de perigo concreto de dano, a ensejar a reintegração pretendida. Agravo de Instrumento a que se dá provimento. (TRF4, AG 5011143-82.2019.4.04.0000, QUARTA TURMA, Relator SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, juntado aos autos em 19/09/2019)*

A questão de fundo, portanto, deverá ser exaustivamente examinada em sede de cognição plena, na qual será possível o devido aprofundamento quanto aos elementos probatórios da lide.

Do exposto, indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal.

Intimem-se, sendo a parte agravada para os fins do art. 1.019, II, do CPC.

Publique-se. Comunique-se.

---

Documento eletrônico assinado por **RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001752841v7** e do código CRC **7c7a9fe4**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

Data e Hora: 7/5/2020, às 19:28:31

---

5012218-25.2020.4.04.0000

40001752841.V7